



## destaques do mês

### Concessionárias vão reativar 3,8 mil km

As concessionárias de ferrovias apresentaram em outubro um plano de recuperação de 3,78 mil km de trechos hoje subutilizados. Atualmente vários desses trechos estão abandonados, inclusive com trilhos desgastados e dormentes podres. A partir de agora, América Latina Logística (ALL), Transnordestina Logística e Ferrovia Centro Atlântica (FCA) terão duas opções: ou recuperam e passam a operar esses trechos ou os devolvem à União. Trata-se da maior investida frente às concessionárias desde o processo de privatização da malha ferroviária brasileira, que começou em 1997. Foram avaliados pela ANTT como subutilizados 5,54 mil km em todo o Brasil. Desse número, as concessionárias propuseram a devolução de 32% (1,76 mil km) e a recuperação dos 68% restantes (quase 3,8 mil km). A partir de agora, a ANTT fará uma análise de todas as propostas feitas pelas três empresas, tanto acerca dos trechos que passarão por recuperação como os que passarão por devolução. O primeiro ponto de crítica da agência é em relação ao prazo proposto pelas empresas para realizar a recuperação dos trechos - as concessionárias pediram até cinco anos e meio. "A princípio, esse prazo é muito extenso. Queremos essas ferrovias recuperadas o quanto antes", defende o superintendente de serviços de transporte de cargas da ANTT, Noboru Ofugi. Nos trechos em que optarem por devolução, as empresas têm agora dois caminhos: ou as recuperam de forma a deixá-las operacionais, para então entregá-las à União, ou as entregam sem novos investimentos, mas sob pena de indenização a ser estipulada pela ANTT. (19.09.2011 – Valor Econômico)

### EPE começa estudos para licitação de malha de gasodutos no país

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) está começando os estudos para viabilizar a licitação para o plano de expansão da malha de gasodutos. O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, calcula que a pesquisa inicial seja concluída no início do próximo ano. A licitação, que será feita pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), depende da conclusão dos estudos e ainda não tem previsão para ocorrer. Para o presidente, se o número de carregadores interessados for maior do que o volume do gasoduto será necessário que o gasoduto e a tarifa sejam recalculados para que uma nova chamada seja feita. O processo pode se repetir algumas vezes. Na avaliação de Tolmasquim, o processo de licitação traz um avanço para o setor, sendo agora uma concessão através de chamada pública que permite a todos o acesso ao gasoduto, gerando mais competitividade. (20.09.2011 – Valor Econômico)

## painel

### ■ TAV terá rodada de audiências públicas em outubro

A ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) fará sete audiências públicas para discutir o novo modelo de concessão do trem-bala no mês do outubro. As audiências ocorrerão em seis das cidades ou regiões onde estão previstas estações do projeto que ligará Campinas-São Paulo-Rio de Janeiro. Também será realizada uma audiência em Brasília. Mais informações no site: [www.antaq.gov.br/](http://www.antaq.gov.br/)

### ■ Leilão de energia tem nove usinas confirmadas

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) confirmou que o leilão de energia A-5, em dezembro, terá a participação de nove hidrelétricas, que já garantiram o licenciamento ambiental para participar da licitação. Marcado para 20 de dezembro, o leilão vai incluir empreendimentos que deverão começar a gerar energia em 2016. Mais informações no site: [www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br)

## Programa define mais quatro usinas nucleares

O governo irá expandir o programa nuclear brasileiro, prevendo projetar e viabilizar quatro usinas para a geração de energia atômica até 2015, mas não há menção, no plano plurianual, sobre a localização das usinas. O documento indica uma reorganização institucional do setor, com a criação da Agência Reguladora Nuclear, além da formação de 164 profissionais voltados aos segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear. Governadores de pelo menos quatro Estados do Nordeste - Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe - vinham travando uma disputa de bastidores para receber duas das quatro usinas. As outras duas estavam previstas inicialmente para o Sudeste. No entanto, os acidentes ocorridos em Fukushima congelaram as discussões e criaram incertezas sobre a continuidade dos planos após a conclusão de Angra 3, programada para dezembro de 2015. Agora, o PPA aparentemente dissipa as dúvidas sobre a disposição do governo de continuar apostando na geração de energia atômica como complemento à matriz. Para resolver um dos problemas mais questionados pelos ambientalistas, o da destinação definitiva do lixo nuclear, o governo se compromete a "atingir 45% do cronograma físico de implantação" do depósito de rejeitos de baixa e média radioatividade, em 2015. Segundo a Eletronuclear, o início das obras está previsto para 2014 e a operação começará em 2018. (21.09.2011 – Valor Econômico)

## Governo prevê investimentos de R\$ 6,7 bilhões em rodovias federais

O governo prevê investimentos de R\$ 6,7 bilhões em obras nas concessões de 2,2 mil quilômetros de rodovias federais, sem levar em conta a aplicação de recursos na conservação das estradas. Esse montante é estimado para os 25 anos de contrato de três rodovias: o trecho da BR-101 no Espírito Santo, a BR-116 em Minas Gerais e a parte da BR-040 de Brasília a Juiz de Fora. O leilão da BR-101 foi marcado para 17 de novembro, na BM&F Bovespa. Os outros dois trechos estão em discussão com o Tribunal de Contas da União. "Acreditamos que o TCU libera (os editais) em novembro", afirmou ontem o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. "Se liberar, o leilão acontece em janeiro ou fevereiro do ano que vem", completou o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo. O diretor da ANTT disse que esses trechos e outras rodovias avaliadas para concessão pelo governo federal totalizam cerca de 5 mil quilômetros. (22.09.2011 – Valor Econômico).

### ■ Edital de leilão de porto de Manaus sai até fevereiro

O governo federal pretende publicar o edital de licitação para o porto de Manaus até fevereiro de 2012. Segundo o ministro dos Portos, José Leônidas de Menezes Cristino, o projeto, estimado em R\$ 600 milhões, se encontra em fase de estudos preliminares na Antaq. Mais informações em [www.antaq.gov.br](http://www.antaq.gov.br)

### ■ Obras de Belo Monte paralisadas no Rio Xingu

A Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira (Acepoat) obteve ontem uma vitória, ainda que parcial, na Justiça Federal de Belém, conseguindo por meio de liminar a imediata paralisação das obras de construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

## Infraestrutura recebe mais recursos externos

A participação da infraestrutura nos investimentos estrangeiros atingiu o maior nível desde a privatização: 35,8% do recebido pelo Brasil entre janeiro e julho deste ano. É o maior percentual desde 2000, quando a fatia do setor alcançou 48,6%, segundo dados da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Nos sete meses de 2011, a infraestrutura recebeu US\$ 14,8 bilhões, quase quatro vezes mais que em igual período do ano passado. O resultado foi puxado pelos setores de petróleo, energia elétrica e telecomunicações. O presidente da Abdib, Paulo Godoy, destaca o setor de petróleo, que neste ano recebeu 11,5% dos investimentos estrangeiros nos Países. A expectativa é que a exploração do pré-sal atraia projetos em toda cadeia de fornecedores de equipamentos. O setor de energia elétrica recebeu R\$ 2,83 bilhões e ficou com 6,9% dos recursos externos. A área de energia eólica, por exemplo, atraiu muito capital externo nos últimos meses. A atratividade desses setores não se repetiu na área de transportes e saneamento básico. Uma das explicações é a lentidão do governo federal para realizar leilões de concessão de rodovias e portos. No setor portuário, a lentidão é ainda maior. "O governo é muito moroso para liberar a construção de um porto. Só nos terminais públicos há cerca de R\$ 6 bilhões aguardando liberação", destaca o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli. No último ranking global de competitividade do Fórum Econômico Mundial, a qualidade da infraestrutura brasileira despencou 20 posições, de 84.º para 104.º lugar. Em 2010, já havia perdido três colocações por causa da lentidão do governo para tirar projetos importantes do papel. (22.09.2011 – O Estado de São Paulo)

## Estudo projeta alta de 43% no preço mundial do petróleo até 2020

O descompasso entre o crescimento da demanda e a incorporação de novas reservas causará um aumento de 43% no preço mundial do petróleo até 2020. Para o etanol, a perspectiva é ainda maior e aponta para uma alta de 126% no período. No Brasil, as altas serão significativamente menores, chegando a 19% para o petróleo e 7% para o etanol até o fim da década. A conclusão é do estudo "Brasil sustentável – Perspectivas dos mercados de petróleo, etanol e gás", divulgado em setembro pela Ernst & Young Terco em parceria com a FGV Projetos. O material revela que os preços em trajetória ascendente vão limitar o desenvolvimento de praticamente todas as economias do mundo, gerando um hiato de 0,52% em relação ao crescimento potencial do PIB mundial a cada ano até o fim da década. O estudo mostra ainda que esta década será marcada por um crescimento econômico mundial ainda dependente do petróleo, com uma demanda global crescente e movimentos insuficientes de substituição e eficiência energética, além de um aumento de oferta incerto e concentrado a partir de 2015. No Brasil, a alta dos combustíveis dependerá da disposição política em repassá-la ao consumidor. O controle exercido pela Petrobras sobre os preços da gasolina e do álcool praticados ao consumidor põe o Brasil, segundo o estudo, em uma condição privilegiada em relação ao resto do mundo no que diz respeito ao impacto dos combustíveis sobre o desempenho do PIB nacional e sobre a inflação. (21.09.2011 - Valor econômico)

## PPA prevê novos grandes projetos de infraestrutura

O Plano Plurianual 2012-2015, recém-enviado ao Congresso, prevê a concessão de 2.234 quilômetros de rodovias federais à iniciativa privada e expansão em 4.546 quilômetros da malha ferroviária nacional, além da duplicação da capacidade dos aeroportos, tanto para passageiros quanto para movimentação de cargas. Na área de indústria e comércio, o governo assume a meta de internacionalizar 30 empresas do setor manufatureiro e de aumentar, de US\$ 32,5 bilhões para US\$ 68,4 bilhões, o valor exportado anualmente por companhias apoiadas pela Apex. Também promete, na tentativa de resolver a crônica escassez de financiamento das micros e pequenas empresas, ampliar de R\$ 5 bilhões para R\$ 21,2 bilhões a oferta de crédito do BNDES ao conjunto de firmas que mais cria postos de trabalho na economia. O plano 2012-2015 está dividido em 45 programas temáticos, com 491 objetivos e 2.503 iniciativas. Ao definir o "plano geral" dos próximos três anos do atual governo e do primeiro ano do governo seguinte, prevê investimentos totais de R\$ 5,4 trilhões no período, montante 38% maior que o PPA anterior. A principal diferença em relação aos planos anteriores é que o foco sai de "técnicas orçamentárias" para se concentrar nos resultados das chamadas "agendas transversais", diz a secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Maria Lúcia Falcón, que coordena o PPA no Ministério do Planejamento. (21.09.2011 – Valor Econômico).

## Tarifa de energia pode reduzir em torno de 25% com renovação de concessões das usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já prevê redução em torno de 25% para as tarifas de hidrelétricas, cujas concessões estão terminando em 2015. Com isso, o preço do megawatt-hora (MWh) da energia produzida por essas usinas deverá cair para R\$ 70 a R\$ 75, uma média atualizada pelo IPCA das tarifas obtidas nos leilões dos três últimos grandes empreendimentos hidrelétricos - Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Além disso, os reajustes anuais pelo IPCA podem ser substituídos por revisões tarifárias a cada quatro ou cinco anos, em um esforço para desindexar a economia brasileira. Quem defende essa tese é Edvaldo Alves de Santana, decano na diretoria colegiada da Aneel, ressaltando que não fala em nome da agência e tudo indica que as concessões serão renovadas, mas com redução de tarifas. O diretor afirma que poucas usinas ainda não foram totalmente amortizadas e que é preciso encontrar a medida adequada entre o custo muito baixo de operação das usinas já amortizadas e o preço mais alto da geração nova. Por isso, recomenda que se tome como referência o "custo marginal de expansão", jargão técnico para designar o preço da energia nova que precisa ser acrescentada ao sistema para atender à demanda crescente. (22.09.2011 - Valor Econômico)

# 1. Energia Elétrica

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

### Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de agosto de 2011 até 31 de dezembro de 2015

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.172	2.502	3.333	1.092	1.163	9.261
Otimista	1.172	2.502	3.363	1.392	3.216	11.644

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.453	1.905	360	0	1.350	5.068
Otimista	1.549	2.677	5.839	0	1.400	11.465

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.908	1.048	120	27	0	3.103
Otimista	2.662	4.280	1.457	138	173	8.710

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	4.533	5.454	3.813	1.119	2.513	17.433
Otimista	5.383	9.458	10.658	1.530	4.789	31.819

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

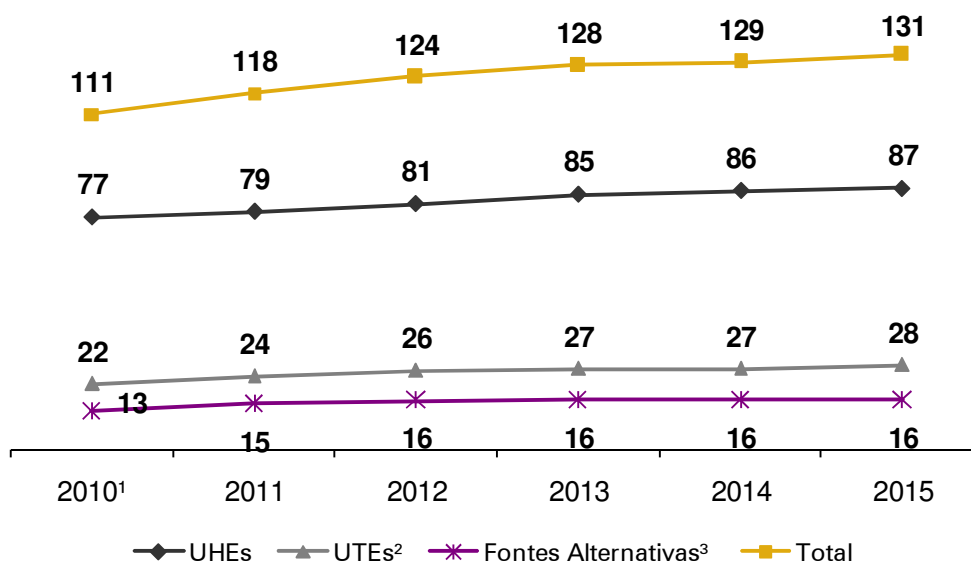
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,1% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de agosto de 2011 e 31 de dezembro de 2015.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 32 mil MW no período 2011-2015. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,1% ao ano.

### Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

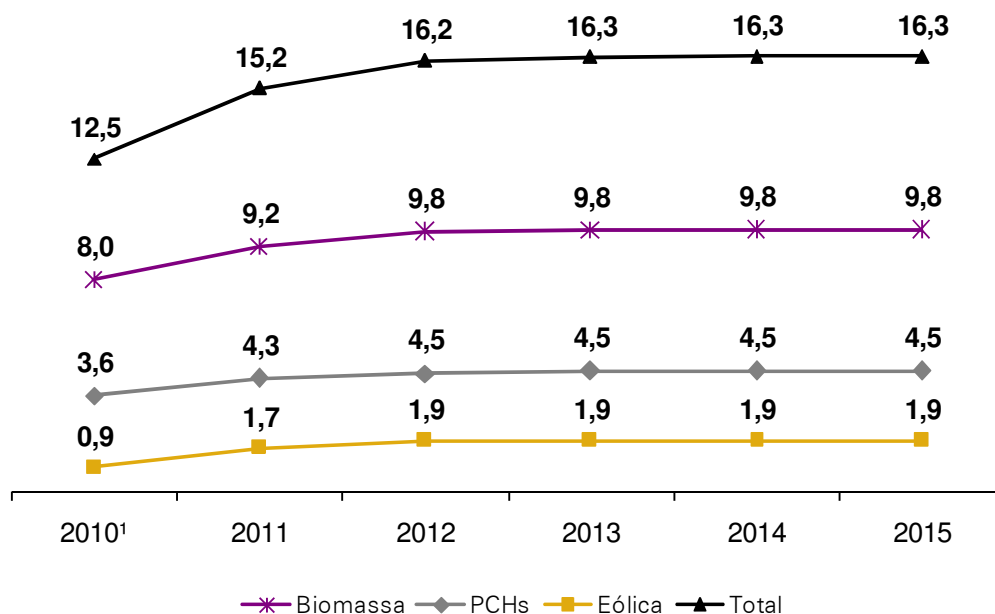
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2010.

<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

\* Exclui Centrais Nucleares.

### Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre janeiro de 2011 e 2015, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 13% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 29% no mesmo período.

Em janeiro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2015 deverão representar 66%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 20% para 21%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve aumentar de 7% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve aumentar de 3% para 4% em 2015.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2015, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2011, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,3% e 3,8%.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2015, três apresentam restrições para a contratação de 2383 MW: Belo Monte (PA), Salto Curucaca (PR), Santo Antônio (AP/PA) e Teles Pires (MT/PA). No cenário conservador, 9,3 mil MW devem entrar em operação até 2015.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (primeira máquina em outubro).

A UHE de Santo Antônio (RO) tampouco apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação foi antecipada para 2011, com os primeiros 70 MW.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,5 mil MW até 2015, apenas 5,1 mil MW (44%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 665 MW de potência adicional até 2014. Desse total, 37 MW (6%) correspondem à potência de duas usinas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Já no cenário otimista, até 2014, devem entrar em operação 1,4 mil MW, sendo 69 MW (5%) equivalentes às usinas do PROINFA.

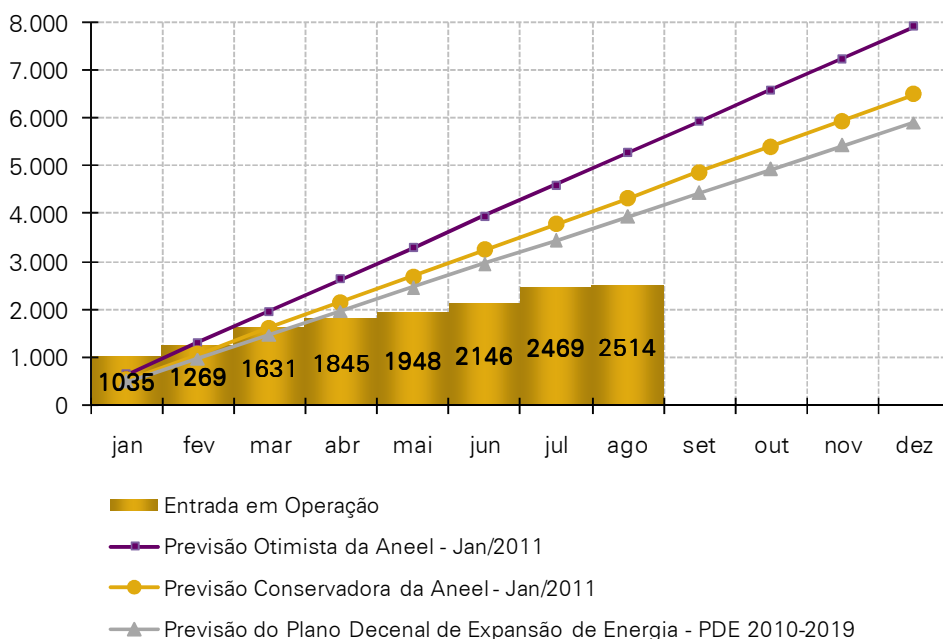
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,6 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 3,2 mil MW até 2015. As seis usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 883 MW até 2012, sendo 294 MW (33%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 4,1 mil MW até 2013. Destas, 429 MW (10%) são integrantes do PROINFA.

### 1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2011 (MW)

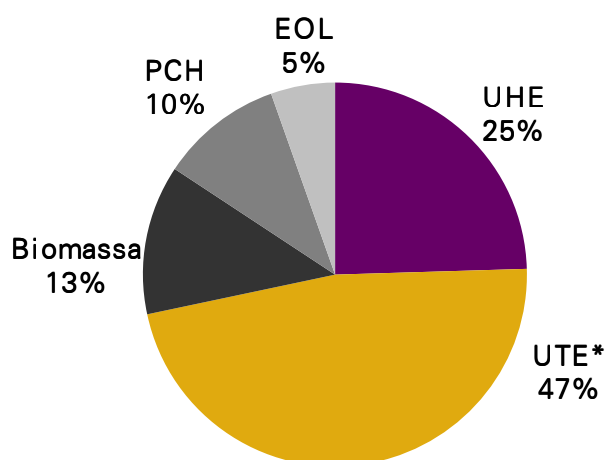


Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2011, até 15 de agosto, entraram em operação 2.514 MW. Desse total, as UTEs representaram 47% da potência total instalada. As UHEs representaram 25% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 614 MW. As PCHs e UTEs à biomassa representaram cada uma, respectivamente, 10% e 13% da capacidade instalada no período. Já as EOLs representam 5% da potência instalada.



## Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2011



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

### 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em julho de 2011, 35.070 GWh, apresentando crescimento de 2% em relação a julho de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

#### Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Julho 2010	Julho 2011	Var. %	Jan-Jul 2010	Jan-Jul 2011	Var. %
Residencial	8.447	9.116	8	62.304	65.147	5
<b>Industrial</b>	<b>15.915</b>	<b>15.352</b>	<b>-4</b>	<b>103.998</b>	<b>105.726</b>	<b>2</b>
Comercial	5.220	5.659	8	40.181	42.642	6
Outras	4.800	4.943	3	34.109	34.844	2
<b>Total</b>	<b>34.382</b>	<b>35.070</b>	<b>2</b>	<b>240.592</b>	<b>248.359</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2011, até julho, o consumo pelo setor industrial foi 2% superior ao apresentado em 2010. A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no consumo industrial de energia no acumulado do ano (-4%).

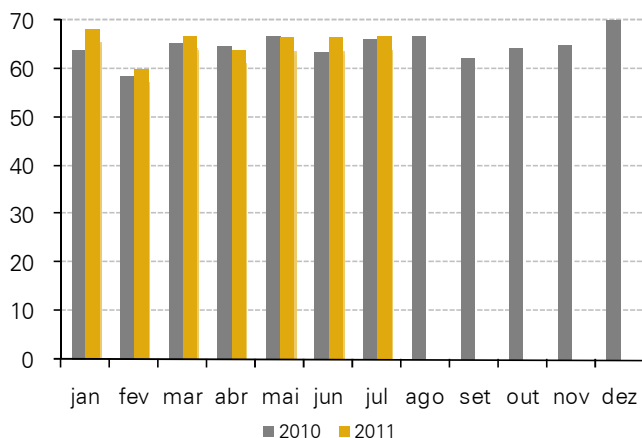
## 2. Petróleo

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de julho de 2011 foi de 67 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 1% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 2% em comparação a 2010.

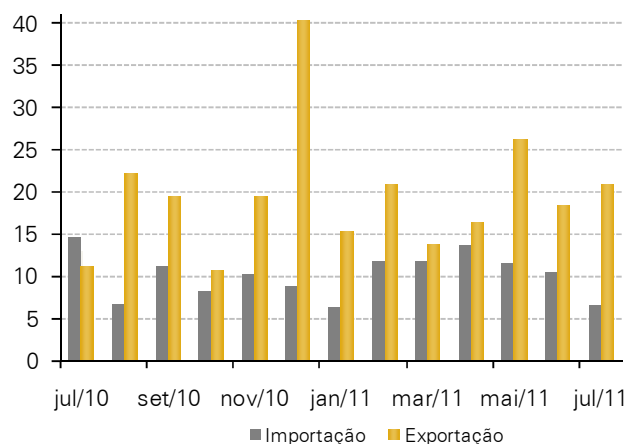
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em julho de 2011, foi de 55 milhões bep. Esse volume foi 10% inferior ao observado em julho de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 2%.

**Produção Nacional de Petróleo**  
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo**  
(milhões bep)

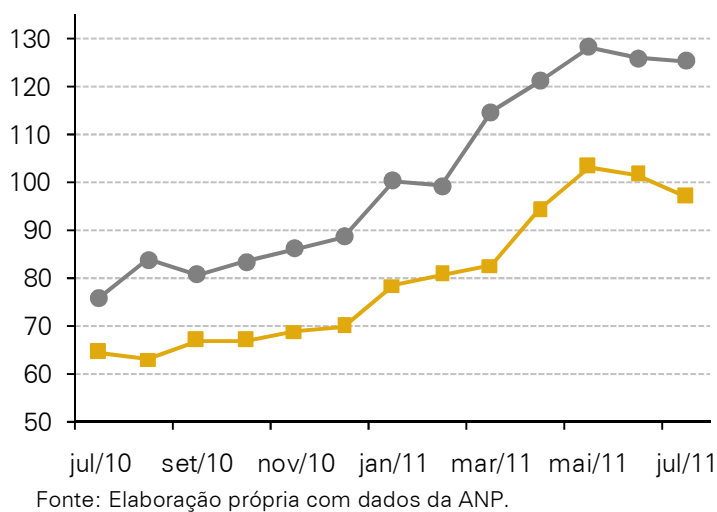


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em julho de 2011, foi de 21 milhões bep, valor 87% superior ao exportado em julho de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 1% superior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em julho de 2011, foi de US\$ 125,21/barril, valor 65% superior ao observado em julho de 2010.

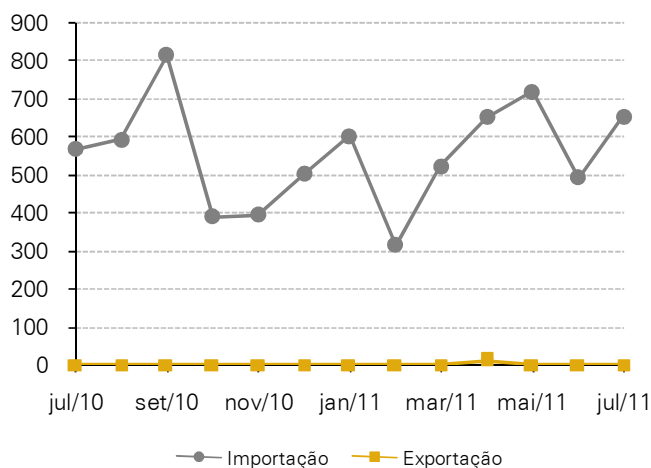
### Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



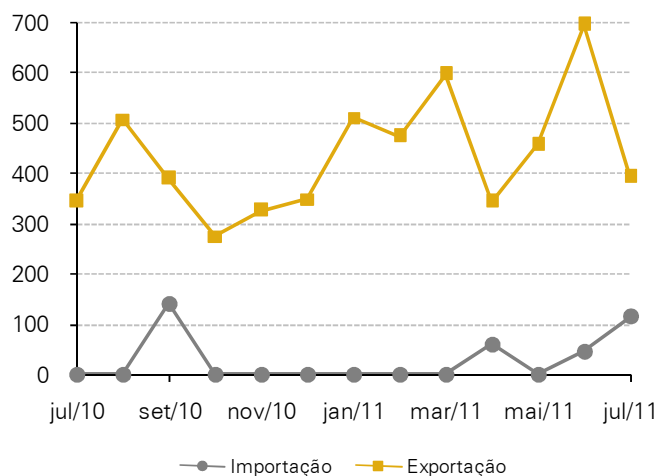
## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em julho de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 51 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), valor 12% inferior ao produzido em julho de 2010. Até julho de 2011, a produção apresentou aumento de 3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

### Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)



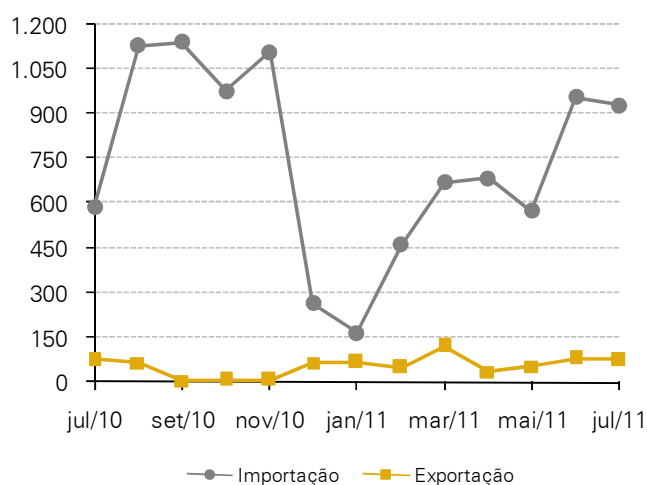
### Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)



A importação de derivados de petróleo, em julho de 2011, foi de 15 milhões bep, valor 16% superior ao registrado em julho do ano anterior. Até julho, o volume de derivados importado foi 1% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

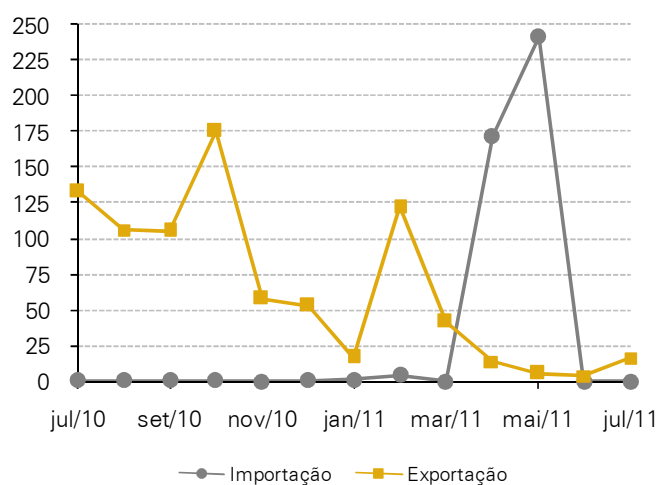
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em julho de 2011, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume semelhante ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

### Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.3. Dependência Externa (ANP)

Em julho de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 12% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 7%.

### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Jul/2010	Jan-Jul/2010	Jul/2011	Jan-Jul/2011
Produção de Petróleo (a)	66	449	67	458
Imp. Líq. de Petróleo (b)	4	-53	-14	-60
Imp. Líq. de Derivados (c)	5	33	7	32
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	75	429	59	429
Dependência Externa (e)=(d-a)	9	-19	-7	-28
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>12</b>	<b>-4</b>	<b>-12</b>	<b>-7</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em julho de 2011, apresentou saldo positivo de US\$ FOB 388 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 388 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ FOB 816 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo positivo de US\$ FOB 60 milhões.

### Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	jul/10	jan-jul/2010	jul/11	jan-jul/2011
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	712	8.736	2.023	12.129
Dispêndio com importação (b)	1.118	6.320	802	8.330
Balança Comercial (c)=(a-b)	-406	2.416	1.221	3.798
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	565	4.037	841	5.742
Dispêndio com importação (e)	975	7.086	1.675	9.481
Balança Comercial (f)=(d-e)	-410	-3.049	-833	-3.739
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.276	12.774	2.864	17.871
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.092	13.406	2.476	17.811
Balança Total (i)=(g)-(h)	-816	-632	388	60

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

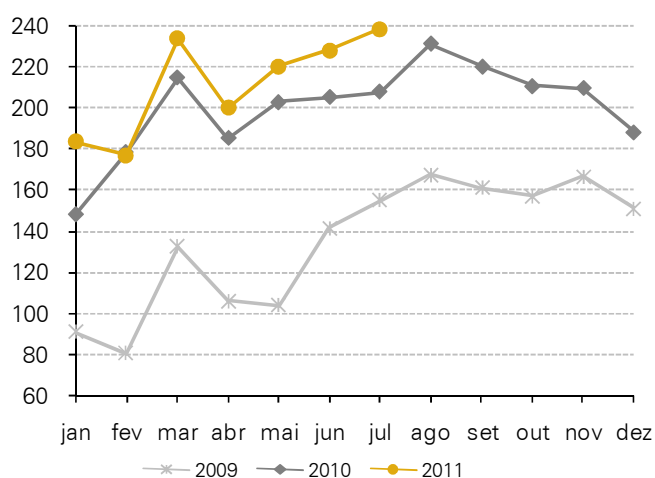
## 3. Biocombustíveis

### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em julho de 2011, foi de 238 mil m<sup>3</sup>, montante 15% superior ao produzido em julho de 2010. No acumulado do ano, a produção foi 10% superior.

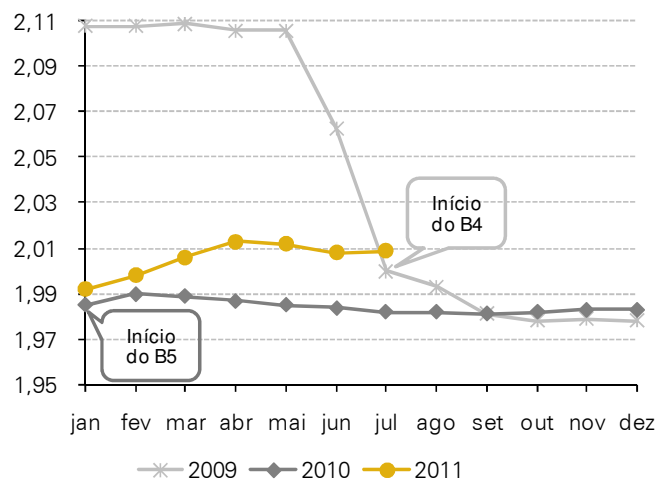
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em julho de 2011, foi de R\$ 2,01/ ℓ, valor 1,4% superior observado em julho de 2010.

### Produção de Biodiesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Preço ao Consumidor do Diesel B5 (R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

\*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

## 3.2. Álcool

### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de julho de 2011, 7.117 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 4.607 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (64%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 33%.

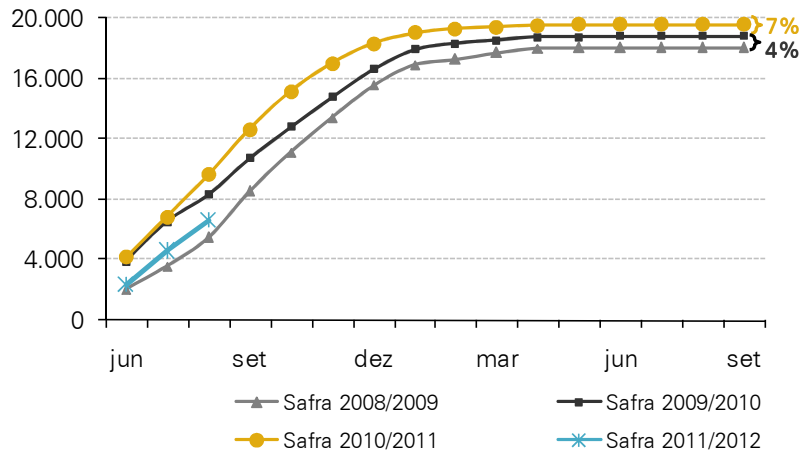
A produção total de álcool foi 22% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool anidro e hidratado.

### Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de julho de 2010)	Safra 2011/2012 (até 1º de julho de 2011)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	2.292	2.509	10
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	6.851	4.607	-33
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>9.143</b>	<b>7.117</b>	<b>-22</b>
Açúcar (mil ton)	11.582	9.399	-19

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



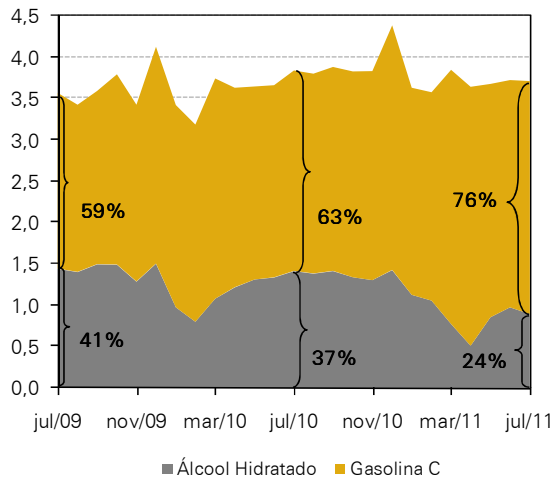
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 899 mil m<sup>3</sup> em julho de 2011. Esse número representa uma diminuição de 37% em relação a julho de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 24% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

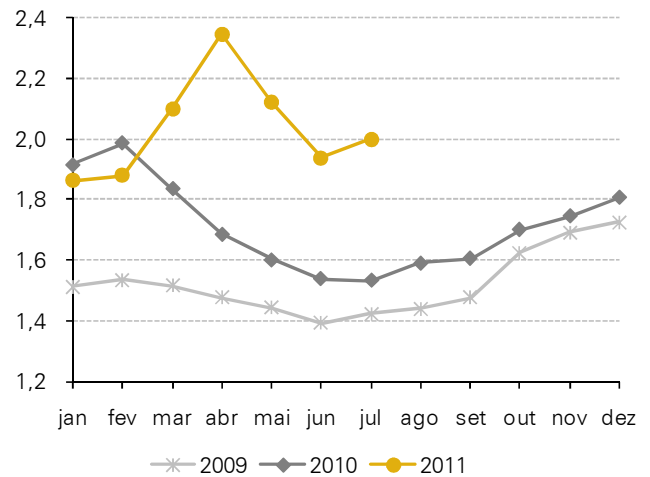
Em julho de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,00/ℓ, valor 30% superior ao registrado em julho de 2010.

### Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhão m<sup>3</sup>)



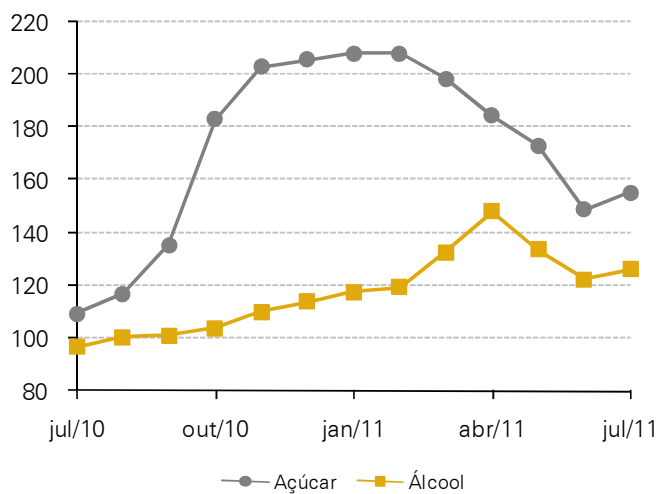
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. Gás Natural

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em julho de 2011, foi de 66.879 mil m<sup>3</sup>, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em julho de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 6% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em julho de 2011 foi de 30.807 mil m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 71.413 mil m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 1% superior ao observado em julho de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 11% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 39% em julho de 2011. Em julho de 2010, essa proporção havia sido de 45%.



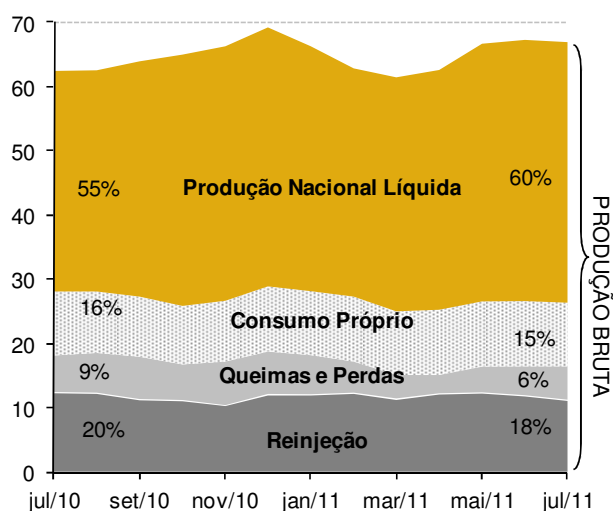
## Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em jul/2010	Média do período jan-jul/2010	Média em jul/2011	Média do período jan-jul/2011
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>62.389</b>	<b>61.023</b>	<b>66.879</b>	<b>64.837</b>
- Reinjeção	12.346	12.378	11.152	11.851
- Queimas e Perdas	5.655	6.868	5.175	4.436
- Consumo Próprio	9.982	9.833	9.947	10.080
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>34.407</b>	<b>31.945</b>	<b>40.605</b>	<b>38.469</b>
+ Importação	36.163	28.149	30.807	28.257
<b>= Oferta</b>	<b>70.570</b>	<b>60.094</b>	<b>71.413</b>	<b>66.726</b>

<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

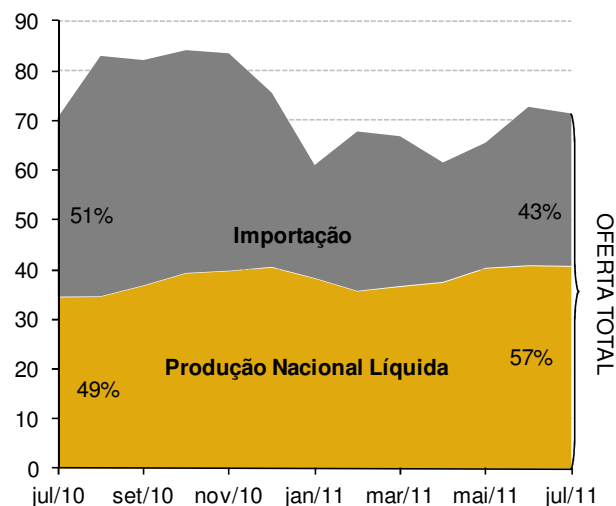
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em julho de 2011 foi, em média, de 49,6 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 2% superior ao volume médio diário consumido em julho de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 9% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em julho de 2011, consumiu 29,2 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, o que representa um aumento de 8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 59% do volume total de gás consumido em julho de 2011.

No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 13% superior em relação ao mesmo período de 2010.

### Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	jul/11	jan-jul/2011	jul-2011/ jul-2010	Acumulado do ano
<b>Industrial</b>	<b>29.217</b>	<b>28.785</b>	<b>8</b>	<b>13</b>
Automotivo	5.265	5.318	-1	-3
Residencial	1.071	824	12	10
Comercial	749	666	16	8
Geração Elétrica	9.273	7.012	-15	2
Co-geração*	2.957	3.104	-3	11
Outros	1.032	871	44	9
<b>Total</b>	<b>49.563</b>	<b>46.580</b>	<b>2</b>	<b>9</b>

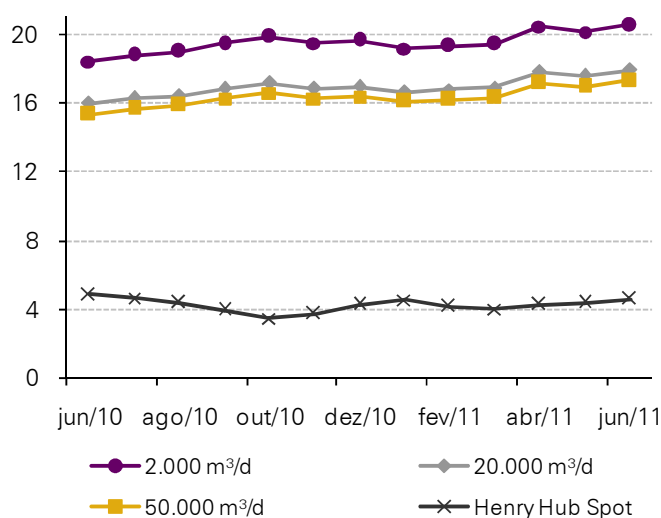
\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

#### 4.3. Preço do Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição, o Ministério de Minas e Energia não havia atualizado os dados sobre preço do Gás Natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

#### Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

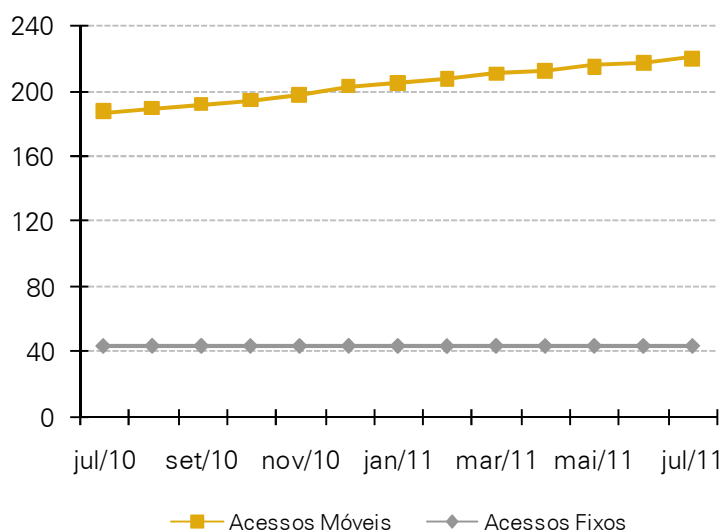
## 5. Telecomunicações

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em julho de 2011, o número de acessos móveis em operação foi de 220 milhões, montante 18% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,4% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em julho de 2011, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, mesmo montante ao averiguado em julho de 2010.

#### Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

## 6. Transportes

### 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em junho de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos selecionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA, Suape/PE) teve redução de 12%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 2% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Até junho de 2011, a movimentação de granel sólido diminuiu 2% em relação ao mesmo período do ano anterior e a movimentação de granel líquido apresentou queda de 4%.

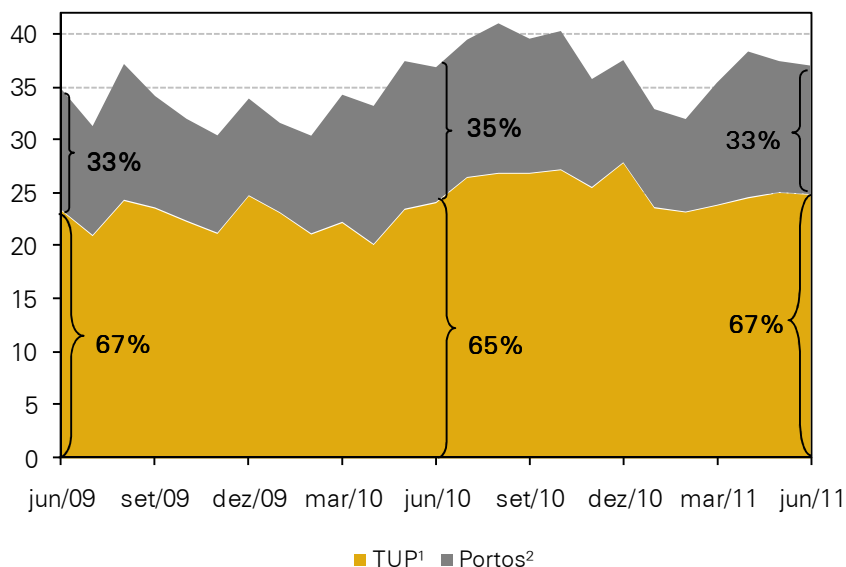
A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em junho de 2011, foi 5% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, até junho, a movimentação total foi 2% inferior ao observado no mesmo período de 2010.

### Movimentação em Portos Selecionados - por Natureza

	Granel sólido	jun-2011 /	Granel líquido	jun-2011 /	Contêiner	jun-2011 /
	jun-2011	jun-2010	jun-2011	jun-2010	jun-2011	jun-2010
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	3.859	15	1.103	12	269.950	19
Paranaguá (PR)	2.232	11	196	38	34.582	-26
Rio Grande (RS)	736	-9	232	-8	56.878	-2
Itaqui (MA)	680	19	608	19	71	788
São Francisco do Sul (SC)	408	-58	43	-	15.372	85
Aratu (BA)	158	-13	278	-5	0	-
Suape (PE)	0	-100	305	7	31.421	16
<b>Total</b>	<b>8.072</b>	<b>-12</b>	<b>2.765</b>	<b>2</b>	<b>408.274</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

### Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Selecionados (milhões t)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

<sup>1</sup> Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

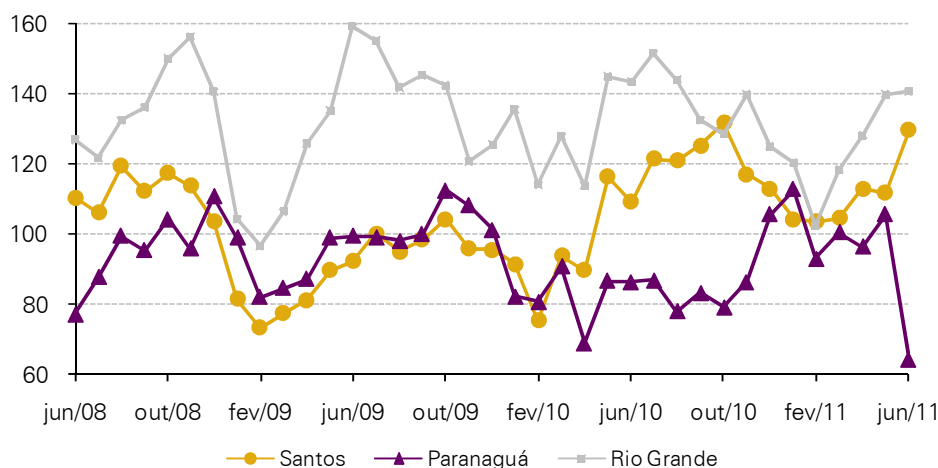
<sup>2</sup> Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

Em junho de 2011, os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 67% da movimentação total dos portos e terminais selecionados. A movimentação total nos TUPs foi de 24.832 mil toneladas, volume 3% superior a junho de 2010.

Cerca de 73% da movimentação dos TUPs refere-se a granéis sólidos. Os terminais de Tubarão e Ponta da Madeira foram responsáveis, em abril, por 39% e 28%, respectivamente, da movimentação total dos TUPs selecionados.

Em junho de 2011, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País (com exceção dos portos de Belém/PA, Itaguaí/RJ e do Rio de Janeiro/RJ) foi de 476.810 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 5% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

### Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



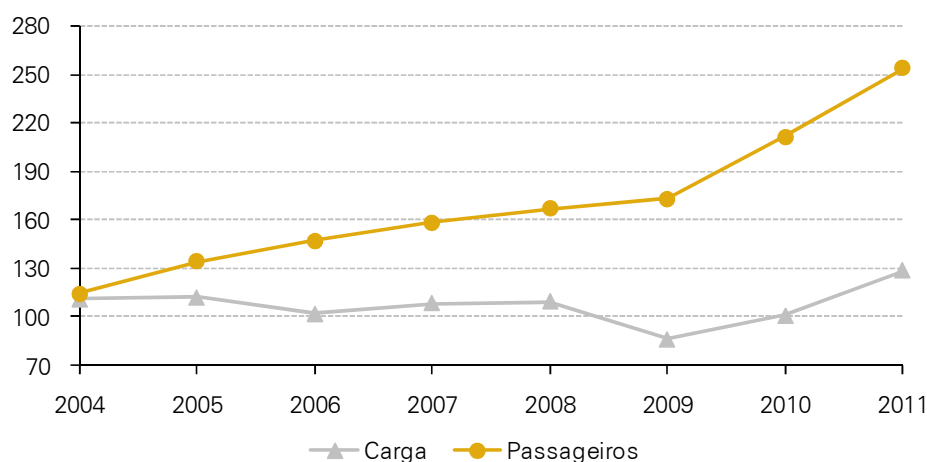
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Em junho de 2011, o porto de Paranaguá e o porto de Rio Grande apresentaram diminuição de 26% e de 2%, respectivamente, na movimentação de contêineres em relação a junho de 2010. Nesse mesmo período, o porto de Santos apresentou aumento de 19% na movimentação de contêineres em relação a junho de 2010.

## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em 2011, no período de janeiro a julho, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 20% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

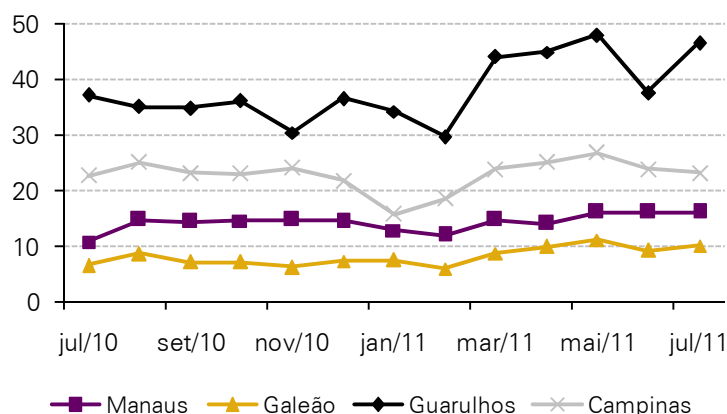
## Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a julho de cada ano\* (Ano base: 2003 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.  
\* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

Em julho de 2011, a movimentação de carga aérea total no País foi de 138 mil toneladas, número 28% superior ao mesmo mês do ano anterior. O aeroporto de Guarulhos representou 34% do total movimentado e teve um aumento de 26% em comparação a julho de 2010. O aeroporto de Campinas, que movimentou 17% do total, teve um crescimento de 2% na comparação com julho de 2010.

## Carga Aérea nos Principais Aeroportos<sup>1</sup> (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.  
\* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

Em julho de 2011, 16,8 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 20% superior ao observado em julho de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 102.749, número 20% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

### Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos\*

Ano	Jan-Jul (mil)	Variação (%)	Julho (mil)	Variação (%)
2003	33.986	-	6.575	-
2004	38.570	13	7.860	20
2005	45.024	17	9.376	19
2006	50.717	13	9.009	-4
2007	55.028	9	9.276	3
2008	57.586	5	9.982	8
2009	58.266	1	11.853	19
2010	71.821	23	13.917	17
2011	85.995	20	16.754	20

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

\* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

### 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a julho de 2011, foi de 246 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% superior ao mesmo período de 2010. Nesse período, o minério de ferro foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (7%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado (191.050 milhões de TUs) no acumulado de janeiro a julho de 2011.

## Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Jul

Ano	2010	2011	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Julho (mil TU)	Jan-Julho (mil TU)	acum-11/ acum-10
Minério de Ferro	179.277	191.050	7
Soja e Farelo de Soja	15.886	12.325	-22
Indústria Siderúrgica	10.008	9.273	-7
Carvão/Coque	6.967	6.670	-4
Produção Agrícola (exceto soja)	7.101	6.188	-13
Grãos Minerais	6.215	5.832	-6
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	5.674	4.558	-20
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.927	2.750	-6
Adbos e Fertilizantes	2.753	2.429	-12
Extração Vegetal e Celulose	2.279	1.867	-18
Cimento	2.009	1.567	-22
Container	1.489	1.161	-22
Carga Geral - Não Containerizada	85	57	-33
<b>Total</b>	<b>242.671</b>	<b>245.728</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em julho de 2011, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 59 milhões de toneladas, montante 3% superior ao averiguado em julho do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

### Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	jul/2011	jan-jul/2011	jul-2011/ jul-2010	Acumulado do ano
Marítimo	55.498	357.611	3	5
Fluvial	1.521	10.024	2	24
Aéreo	119	878	-10	14
Ferrovário	62	376	-6	-24
Rodoviário	881	6.029	-6	-5
Outros*	821	5.201	4	8
<b>Total</b>	<b>58.901</b>	<b>380.118</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.



## 7. Investimentos Privados em Infraestrutura

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em junho de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,5 bilhões, valor 16% inferior ao valor aportado em junho de 2010.

#### Desembolso mensal BNDES

Setor	jun/10 R\$ milhão	jan-jun/2010 R\$ milhão	jun/11 R\$ milhão	Participação %	jan-jun/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	588	1.677	563	13	1.640	-2
Energia Elétrica e Gás Natural	1.253	5.314	1.209	27	4.834	-9
Saneamento	16	1.030	95	2	772	-25
Telecomunicações	651	1.063	15	0	321	-70
Transporte	2.830	14.263	2.605	58	14.201	0
<i>Aéreo</i>	63	261	113	-	346	33
<i>Aquaviário</i>	32	420	60	-	584	39
<i>Terrestre</i>	2.735	13.582	2.432	-	13.271	-2
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>5.338</b>	<b>23.347</b>	<b>4.487</b>	<b>100</b>	<b>21.768</b>	<b>-7</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2011 foi de, aproximadamente, R\$ 1,99 trilhão. Deste valor, aproximadamente R\$ 65 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2011 ou 1,8% do PIB de 2010, que totalizou R\$ 3,675 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,1 bilhões, ou 26% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados, até o dia 26 de setembro, R\$ 22,6 bilhões (35% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 7,3 bilhões (11% do autorizado). O pagamento realizado foi no valor de R\$ 6,9 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 26,5 bilhões.

## 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 8,8 bilhões foram empenhados (52% do orçamento), R\$ 2,66 bilhão foram liquidados e R\$ 2,51 bilhão foram pagos até o dia 26 de setembro. Os restos a pagar pagos somam R\$ 5,9 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 8,4 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 471 milhões).

## 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2011, cerca de R\$ 1,1 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,5 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 48,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2011.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 59% foram pagos até 26 de setembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 37% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 40,3 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 43% no Ministério das Cidades (R\$ 17,1 bilhões) e 38% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 40% do orçamento autorizado e liquidou 10%, até 26 de setembro. O pagamento realizado foi de R\$ 3,7 bilhão e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 13,9 bilhões, totalizando R\$ 17,6 bilhões pagos. Restam R\$ 18,8 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

## 10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2011, as empresas estatais e agências de fomento apresentam dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 108 bilhões. Foram executados, até o quarto bimestre, investimentos no valor de R\$ 47,6 bilhões, equivalentes a 44% da dotação autorizada para 2011. Esse valor foi 8% inferior ao desembolsado em 2010, no mesmo período.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2011 soma R\$ 99,5 bilhões. As despesas realizadas até o quarto bimestre foram de cerca de R\$ 46 bilhões, o que representa 96% do total executado no período.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 84% da dotação autorizada para as estatais em 2011 e respondeu por 90% da despesa realizada até o terceiro bimestre do ano, num total de R\$ 43 bilhões (execução de 45% de sua dotação).

## ANEXOS

### Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 26/09/2011\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.111	208	19	16	1	15	1	440	455	631
MAPA	1.212	73	6	55	5	37	3	564	601	745
MCT	1.187	507	43	237	20	163	14	385	547	565
MDIC	0	0	-	5	-	4	-	12	16	68
MME	182	17	9	7	4	7	4	27	34	10
<b>M. Transportes</b>	<b>17.130</b>	<b>8.845</b>	<b>52</b>	<b>2.659</b>	<b>16</b>	<b>2.507</b>	<b>15</b>	<b>5.881</b>	<b>8.388</b>	<b>4.137</b>
M. Comunicações	123	19	15	6	5	6	5	16	22	33
MMA	176	22	13	8	5	8	4	25	33	12
MDA	1.047	73	7	23	2	23	2	368	391	429
M. Defesa	6.946	3.821	55	1.581	23	1.448	21	2.552	3.999	1.352
M. Int. Nacional	5.073	1.147	23	468	9	460	9	1.315	1.775	4.359
M. das Cidades	7.622	1.741	23	334	4	325	4	1.909	2.234	7.944
Outros**	23.451	6.153	26	1.946	8	1.876	8	6.171	8.048	13.167
<b>Total</b>	<b>65.260</b>	<b>22.626</b>	<b>35</b>	<b>7.346</b>	<b>11</b>	<b>6.878</b>	<b>11</b>	<b>19.665</b>	<b>26.543</b>	<b>33.452</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

### Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2011 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 26/09/2011\*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.591	1.587	61	573	22	538	21	562	1.100	689
Hidroviário	471	38	8	4	1	4	1	106	110	243
Portuário	14	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Rodoviário	13.120	7.096	54	2.063	16	1.948	15	5.134	7.082	2.949
Outros	935	125	13	19	2	17	2	79	97	253
<b>Total</b>	<b>17.130</b>	<b>8.845</b>	<b>52</b>	<b>2.659</b>	<b>16</b>	<b>2.507</b>	<b>15</b>	<b>5.881</b>	<b>8.388</b>	<b>4.137</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2011

### Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 26/09/2011\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.136	(1)	1.095	40
União	8.694	(571)	3.643	4.479

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

### Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 26/09/2011\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.463	(580)	4.786	4.096
União	48.444	(3.450)	16.022	28.973

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 26/09/2011\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	987	272	28	81	8	81	8	364	445	412
M. Planejamento	2	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	16	16	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	200	200	550
MEC	1.371	1.168	85	270	20	254	19	27	281	23
MME	350	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	354	116	33	50	14	48	13	108	155	102
M. Saúde	1.665	694	42	66	4	66	4	367	432	2.505
<b>M. Transportes</b>	<b>15.402</b>	<b>8.942</b>	<b>58</b>	<b>2.763</b>	<b>18</b>	<b>2.621</b>	<b>17</b>	<b>5.706</b>	<b>8.327</b>	<b>3.921</b>
M. Cultura	220	1	0	0	0	0	0	0	0	0
MMA	0	0	-	0	-	0	-	12	12	6
MDA	292	18	6	0	0	0	0	1	1	2
M. Defesa	0	132	-	44	-	39	-	211	251	199
M. Integr. Nacional	2.462	696	28	277	11	269	11	990	1.259	2.187
M. Cidades	17.147	4.248	25	350	2	341	2	5.905	6.246	8.902
<b>Total</b>	<b>40.331</b>	<b>16.287</b>	<b>40</b>	<b>3.901</b>	<b>10</b>	<b>3.718</b>	<b>9</b>	<b>13.908</b>	<b>17.626</b>	<b>18.809</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2011 Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 4º bím.
Minas e Energia	99.503	45.597
Comunicações	1.052	133
Transportes <sup>1</sup>	0	0
Defesa	1	0
Outros	7.486	1.890
<b>Total</b>	<b>108.042</b>	<b>47.620</b>

<sup>1</sup>Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 4º bím.
Produção Industrial	2.410	1.722
Mineração	2	3
Energia Elétrica	8.657	3.180
Combustíveis Minerais	77.454	36.092
Transporte Aéreo	2.114	354
Transporte Hidroviário	2.953	413
Transportes Especiais	6.371	3.156

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 4º bím.
Indústria	2.450	1.741
Comunicações	1.033	131
Energia	96.942	43.912
Transporte	3.643	599

Fonte: Portaria n.º 20/2011 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 4º bím.
Grupo Eletrobrás	8.225	3.010
Grupo Petrobras	91.278	42.587
Cias DOCAS <sup>2</sup>	937	536
Infraero	2.216	388

<sup>2</sup>Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 30 de setembro de 2011.